



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

**20
25**

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
Rua Reinoldo Schindler, nº 100 - Bairro das Chácaras - Ijuí/RS - CEP: 98.700-000
CNPJ: 87.656.989/0001-74
www.ceriluz.com.br
(55) 3331-9100

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. DISTRIBUIÇÃO	5
1.1. Ligação de Consumidores	5
1.2. Comportamento de Mercado	6
1.3. Receita	7
1.4. Número de Consumidores	8
1.5. Tarifas	8
1.6. Geração Distribuída - GD	9
1.7. Bandeiras Tarifárias	9
1.8. Qualidade do Fornecimento	10
1.9. Atendimento ao Consumidor	12
1.10. Frota	12
1.11. Tecnologia da Informação	12
2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	14
2.1. Análise do Resultado	14
2.2. Variações Patrimoniais	15
2.3. Investimentos	15
2.4. Captações de Recursos	18
2.5. Valor Adicionado	18
2.6. Composição Acionária	18
2.7. Planejamento Empresarial	18
2.8. Gestão pela Qualidade Total	18
2.9. Gestão de Pessoas e Processos	19
3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL	19
4. OUTORGADA EM NÚMEROS	20
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2025	23
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	23
5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	24
5.3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO	25
5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	26
5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	27
5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	28
5.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO	29
6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	30
NOTA 1 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	30
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO	30
NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	31
NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	31
NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32
NOTA 6 – CONSUMIDORES	33
NOTA 7 – SERVIÇOS EM CURSO	34
NOTA 8 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	34
NOTA 9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	34
NOTA 10 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL	34
NOTA 11 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	34
NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	35
NOTA 13 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	35
NOTA 14 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADOS A PERMISSÃO	35
NOTA 15 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	36
15.1. Imobilizado em Serviço e em Curso	36

15.2. Intangível em Serviço e em Curso	37
15.3. Depreciação e Amortização.....	38
NOTA 16 – FORNECEDORES	39
NOTA 17 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	42
NOTA 19 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	42
NOTA 20 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	42
NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS	43
NOTA 22 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES.....	43
NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS.....	43
NOTA 24 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	43
NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	45
25.1. Capital Social	45
25.2. Natureza e Finalidade das Reservas	45
NOTA 26 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45
NOTA 27 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	46
NOTA 28 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS.....	47
NOTA 29 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	47
NOTA 30 - CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	48
NOTA 31 - CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	48
NOTA 32 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	48
NOTA 33 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	48
NOTA 34 – SEGUROS	48
NOTA 35– NOTA EXPLICATIVA DVA.....	49
NOTA 36 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS.....	49
NOTA 37 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	50
NOTA 38 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	52
NOTA 39 - PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	53
NOTA 40 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE.....	53
NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO.....	53
NOTA 42 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA.....	54
42.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	54
42.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.....	55
42.2.1. Outros Ativos Não Circulantes.....	55
42.2.2. Imobilizado	55
42.2.3. Intangível	56
42.2.4. Reservas de Reavaliação.....	56
42.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	56
42.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	57
42.4.1 – Depreciação e Amortização.....	57
42.4.2 – Gastos Diversos	57
42.4.3 – Outras Receitas Operacionais.....	57
42.4.4 – Outras Despesas Operacionais	58
NOTA 43 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	58
NOTA 44 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	58
7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	59
8. TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2025 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apresentar o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Societárias da Ceriluz Distribuição referente ao ano de 2025 é, acima de tudo, um exercício de transparência e de respeito aos nossos associados, que são os verdadeiros donos desta cooperativa. Cada obra realizada, cada investimento aprovado e cada decisão tomada ao longo do ano teve como foco principal fortalecer a qualidade do fornecimento de energia e garantir o desenvolvimento sustentável da região onde atuamos.

O ano de 2025 foi marcado por um forte volume de investimentos na qualificação do sistema de distribuição de energia elétrica. Avançamos de forma consistente na construção de uma nova subestação, ampliamos e modernizamos redes existentes, realizamos recondutoramentos e reperfilamentos importantes, promovemos a conversão de redes monofásicas em trifásicas e implantamos novos trechos de rede para atender ao crescimento da demanda dos associados. Essas ações não apenas aumentam a capacidade e a confiabilidade do sistema, como também preparam a cooperativa para os desafios futuros do setor elétrico.

Paralelamente às obras físicas, investimos de forma contínua em pessoas e equipes. A qualificação técnica dos colaboradores, os treinamentos em segurança e a ampliação das equipes operacionais foram prioridades ao longo do ano. Um destaque especial foi o fortalecimento das equipes de Linha Viva, que representam um avanço significativo na forma de executar manutenções e obras, permitindo intervenções em redes energizadas e reduzindo de maneira expressiva o impacto dos desligamentos programados sobre a rotina dos associados, especialmente das atividades produtivas e industriais.

Esses resultados só foram possíveis graças ao empenho diário dos colaboradores da Ceriluz, que atuam com responsabilidade, profissionalismo e

compromisso com a cooperativa. Valorizar as pessoas que fazem a Ceriluz acontecer é parte essencial da nossa forma de gerir, pois entendemos que um sistema elétrico confiável começa com equipes bem preparadas, seguras e motivadas.

Ao mesmo tempo, mantivemos o compromisso com a boa governança, a comunicação transparente, a responsabilidade socioambiental e a proximidade com os associados, fortalecendo o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento regional e de inclusão social.

Encerramos 2025 olhando para o futuro com confiança. O ano de 2026 será especial: a Ceriluz completará 60 anos de história, uma trajetória construída com trabalho coletivo, visão de longo prazo e espírito cooperativista. Celebrar esse marco é reconhecer o passado, valorizar o presente e, sobretudo, reafirmar o compromisso de seguir investindo em energia de qualidade, desenvolvimento regional e em uma cooperativa cada vez mais forte para as próximas gerações.

Atenciosamente.



Guilherme Schmidt de Pauli
Presidente da CERILUZ

1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 15.301 consumidores. Na tabela abaixo estão demonstradas a quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

1.1. Ligação de Consumidores

No ano de 2025, foram realizadas 208 novas ligações de consumidores, um aumento de 1,38% ao ano. Com destaque nos consumidores residenciais que tiveram um aumento de 271 ligações, consequentemente, houve um aumento de 30 consumidores comerciais, 6 consumidores industriais, 3 consumidores do poder público, 3 do serviço público, e uma baixa nos consumidores rurais de um montante de 105 unidades.

Número de Consumidores					
Consumidores	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	4.122	4.324	4.548	4.713	4.984
Comercial	827	821	833	840	870
Industrial	52	63	72	74	80
Rural	9.235	9.253	9.199	9.165	9.060
Poderes Públicos	135	139	140	143	146
Iluminação Pública	16	18	18	18	18
Serviço Público	146	145	141	140	143
Total	14.533	14.763	14.951	15.093	15.301
Variação	2,05%	1,58%	1,27%	0,95%	1,38%

Consumidores por Município					
Consumidores Por Município	2021	2022	2023	2024	2025
Ijuí	4.595	4.679	4.815	4.902	5.019
Catuípe	1.409	1.423	1.419	1.413	1.429
Ajuricaba	1.379	1.401	1.413	1.421	1.428
Augusto Pestana	1.625	1.672	1.697	1.691	1.720
Chiapetta	525	543	542	542	543
Jóia	203	204	205	206	204
Santo Augusto	339	334	339	335	336
Coronel Barros	1.427	1.445	1.457	1.488	1.504
Inhacora	352	353	361	361	362
São Valério do Sul	135	136	140	137	136
Cruz Alta	3	3	3	3	3
Nova Ramada	1.111	1.127	1.121	1.133	1.137
Coronel Bicaco	11	12	11	11	11
Santo Angelo	20	19	20	22	24
Eugenio de Castro	9	9	8	8	8
Condor	2	2	2	2	2
Boa Vista do Cadeado	283	281	282	286	287
Bozano	1.072	1.088	1.084	1.102	1.117
Entre-Ijuís	4	4	4	4	4
São Martinho	2	2	1	1	1
Alegria	10	10	10	8	9
Independência	4	4	4	4	4
Girua	12	11	12	12	12
Pejuçara	1	1	1	1	1
Total	14.533	14.763	14.951	15.093	15.301
Variação	2,05%	1,58%	1,27%	0,95%	1,38%

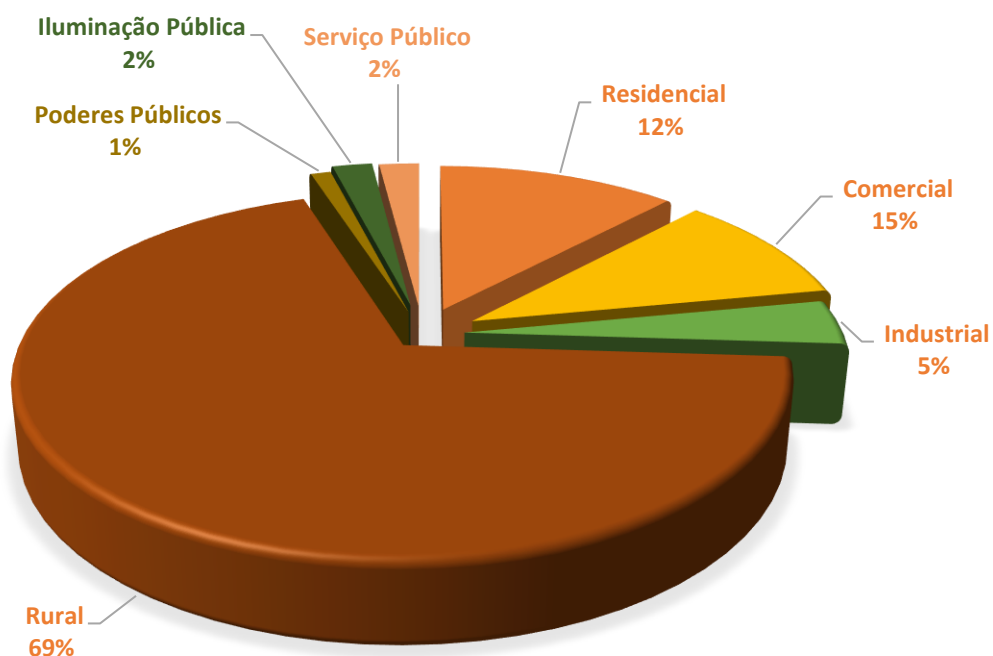
1.2. Comportamento de Mercado

A distribuição de energia da Ceriluz, no período de janeiro a dezembro de 2025, foi de 199 GWh, um valor de 9 GWh superior ao de 2024.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Energia Faturada	129	111	108	103	108
Fornecimento	129	111	108	103	108
Residencial	9	10	11	12	13
Comercial	16	16	16	13	11
Industrial	31	6	6	5	4
Rural	63	69	64	66	75
Poderes Públicos	1	1	1	1	1
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	7	7	8	4	2
Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	42	55	73	87	91
Consumidores Livres/Dist./Ger.	42	55	73	87	91
Total	171	166	181	190	199
Variação	3,01%	-2,92%	9,04%	4,97%	4,74%

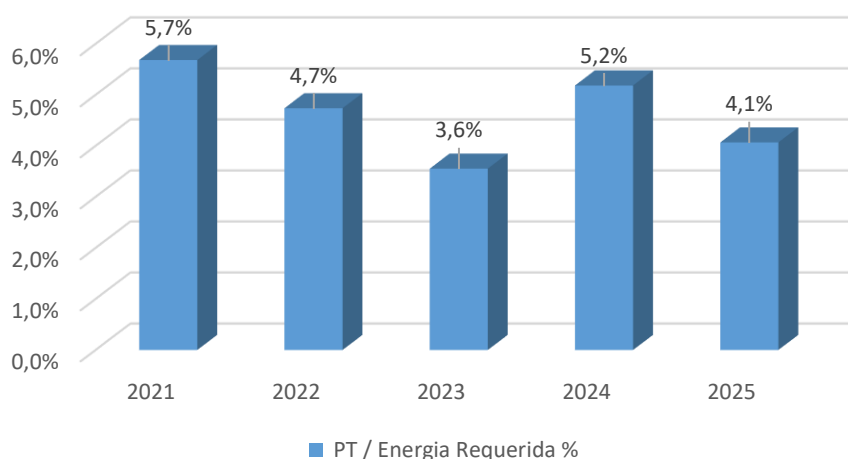
A seguir, o gráfico demonstra os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2025:



Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Venda de Energia	129	111	108	103	108
- Fornecimento	129	111	108	103	108
- Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	42	55	73	87	91
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	171	166	181	190	199
Pernas na Distribuição	10	9	7	10	8
Perdas Totais - PT	10	9	7	10	8
PT / Energia Requerida %	5,7%	4,7%	3,6%	5,2%	4,1%
PT / Energia Homologada %	8,52%	6,90%	12,24%	10,23%	9,44%
Total	181	175	188	200	203

PT / Energia Requerida %

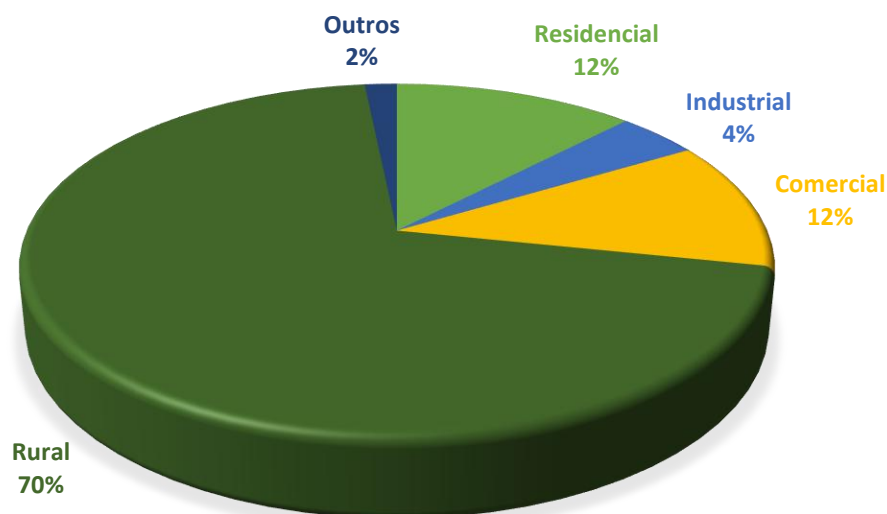


1.3. Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, (excluindo os impostos e consumidores livres) importou em 2025 o montante de R\$ 60,909 milhões, um acréscimo de 1% conforme quadro a seguir:

Classe	2025	2024	%
Residencial	7.467	6.656	12%
Industrial	2.563	3.010	-15%
Comercial	7.157	8.849	-19%
Rural	42.732	38.382	11%
Outros	990	3.200	-69%
Total	60.909	60.097	1%

Receita Líquida por Classe de Consumidores



1.4. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados no ano de 2025, apresentou um crescimento de 1,38% sobre o ano anterior, como pode-se observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2025	2024	Δ%
Residencial	4.984	4.713	5,75%
Industrial	80	74	8,11%
Comercial	870	840	3,57%
Rural	9.060	9.165	-1,15%
Outros	307	301	1,99%
Total	15.301	15.093	1,38%

1.5. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2025, atingiu R\$565,25/MWh, com um aumento 10,11% com relação a dezembro de 2024.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/Mwh

Classe	2025	2024	Δ%
Residencial	486,54	484,25	0,47
Industrial	680,93	501,24	35,85
Comercial	587,07	557,66	5,27
Rural	506,48	510,31	(0,75)
Total	565,25	513,37	10,11

1.6. Geração Distribuída - GD

Desde 17 de abril de 2012, quando a ANEEL criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Conforme disposto nesses regulamentos, a micro e a minigeração distribuída consistem na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais geradoras que utilizam fontes renováveis de energia elétrica ou cogeração qualificada, conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Para efeitos de diferenciação, a microgeração distribuída refere-se a uma central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 quilowatts (kW), enquanto que a minigeração distribuída diz respeito às centrais geradoras com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 megawatt (MW), para a fonte hídrica, ou 5 MW para as demais fontes. A seção 3.7 do Módulo 3 do PRODIST estabelece os procedimentos para acesso de micro e minigeração distribuída ao sistema de distribuição.

A seguir, demonstramos a Geração Distribuída na área de atuação da Ceriluz no ano de 2025:

Classe	2025		2024	
	Instalações	Potência kW	Instalações	Potência kW
Residencial	231	1533	193	1260
Industrial	20	13783	14	3964
Comercial	77	2538	62	2062
Rural	713	9934	643	9337
Poderes públicos	3	97	3	97
Total	1044	27885	915	16720

1.7. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias – sistema gerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, de modo a deixar a conta de luz mais transparente ao consumidor. Esse sistema possui as seguintes modalidades: bandeira verde, bandeira amarela e bandeira vermelha – patamar 1 e patamar 2.

Abaixo segue a descrição de cada bandeira, e os valores em vigência em 2025:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01885 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha - Patamar 1:** condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04463 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- **Bandeira vermelha - Patamar 2:** condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,07877 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas de energia.

A revisão do valor das bandeiras acontece anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

1.8. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), os quais são acompanhados pela ANEEL.

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2025	8,65	8,66	1,34
2024	12,42	9,34	1,73
2023	7,77	6,7	1,59
2022	7,7	7,97	1,51
2021	10,46	9,28	1,33

O indicador de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor), representa para cada conjunto de unidades consumidoras, o tempo médio, em horas, no qual as unidades consumidoras permaneceram sem o fornecimento de energia elétrica. A figura 1, demonstra o comportamento deste indicador no período de 2021 a 2025.

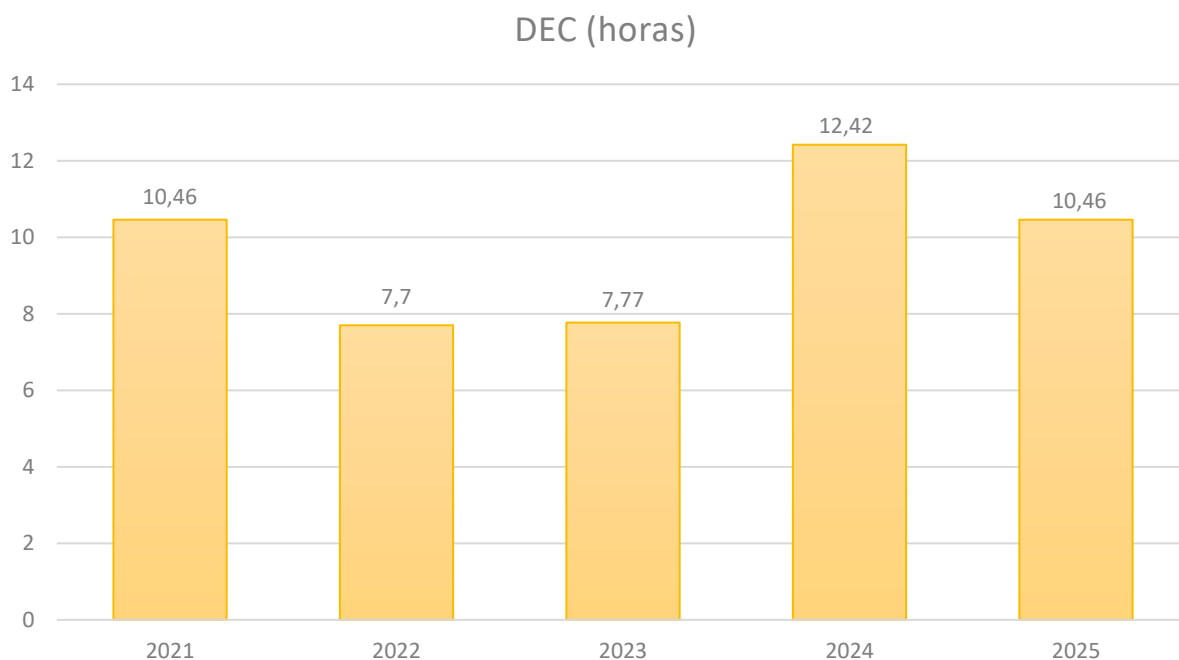


Gráfico 1 - Comportamento do DEC

Observando o gráfico 1, é possível identificar um aumento considerável na Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor devido ao aumento de desligamento programados para manutenção da rede elétrica e decorrências emergenciais, consequentes de eventos climáticos.

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), indica a quantidade média de vezes em que o fornecimento foi interrompido nas unidades consumidoras, para cada conjunto de unidades consumidoras em determinado período. Neste contexto, a gráfico 2 demonstra a evolução deste indicador durante o período de 2021 a 2025.

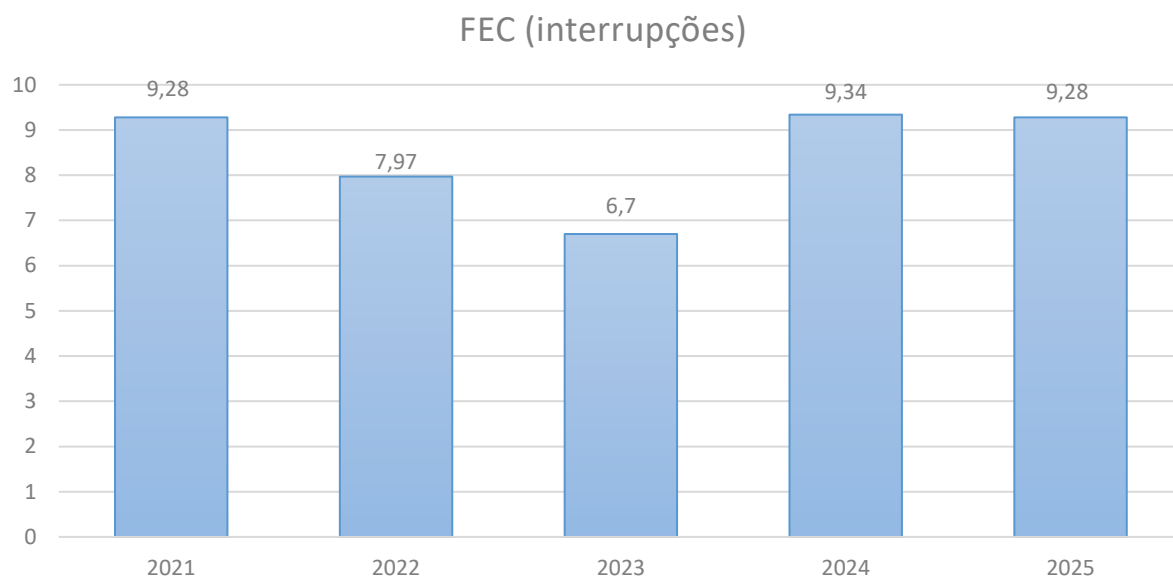


Gráfico 2 - Comportamento do FEC

Diante da figura 2, o indicador FEC demonstra uma oscilação em seus resultados anuais, registrando o maior índice no ano de 2024 devido ao aumento de desligamentos programados para manutenção das redes, e decorrências emergenciais geradas a partir de eventos climáticos.

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria, o principal indicador é o TMA (Tempo Médio de Atendimento - horas), o qual indica o tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa, até a resolução do problema em questão. O gráfico da figura 3, demonstra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

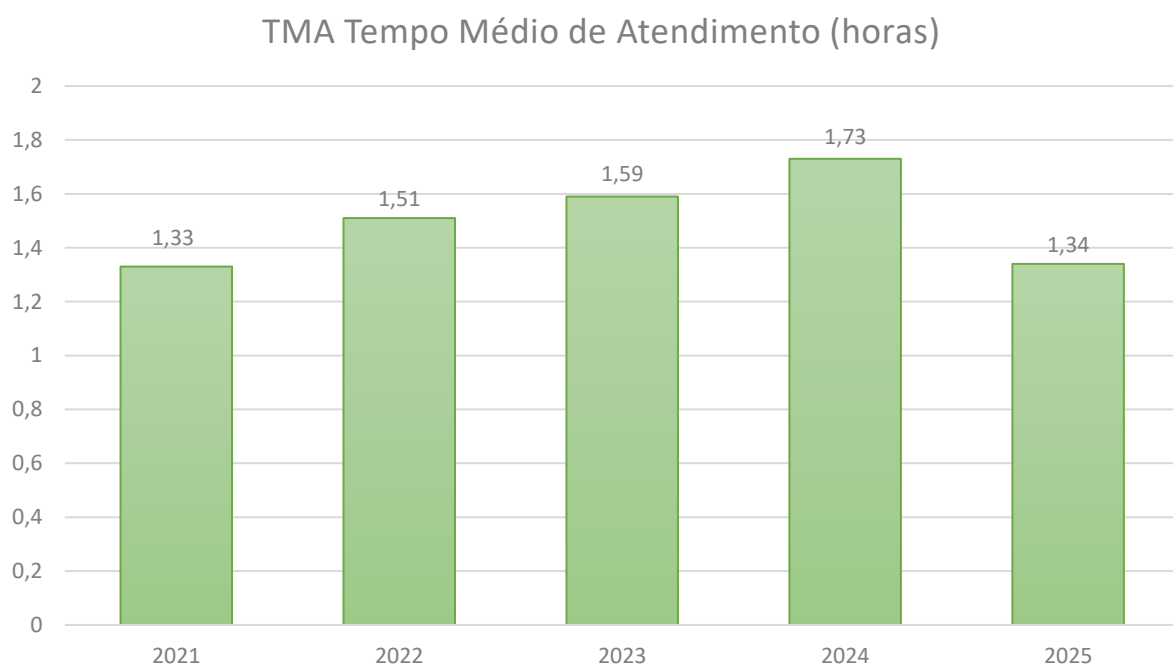


Gráfico 3 - Comportamento do TMA

1.9. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa.

O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. Abaixo estão os indicadores sociais da Cooperativa com sua respectiva variação.

Satisfação do Cliente	2025	2024	%
Índice de Satisfação IASC	*	78,68	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	94,75	94,27	0,51%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	90,29	89,82	0,52%
Atendimento ao Cliente	2025	2024	%
Call Center	29864	37227	-19,78%
Chamadas Recebidas (unid)	19389	24295	-20,19%
Numero Medio de Atendentes (unid)	2,22	2	7,77%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	89,40%	89,45%	-0,06%
lab - Índice de Abandono (%)	3,16%	2,80%	12,86%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	102,00	109,00	-6,42%
Indenização por Danos	2025	2024	%
Volume de solicitações (unid)	83	92	-9,78%
Procedentes (unid)	44	58	-24,14%
Indicadores de Reclamações	2025	2024	%
Reclamações Procedentes	22	31	-29,03%
DER (horas)	49,77	69,82	-28,72%
FER (unid)	0,11	0,16	-31,25%
Violações de prazos de serviços comerciais	2025	2024	%
Atendimentos realizados (unid)	60197,00	60547,00	-0,58%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	7,00	6,00	16,67%
Eficiência do atendimento (%)	99,98%	99,99%	-0,01%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas	2025	2024	%
À Empresa	169,00	194,00	-12,89%
À ANEEL	4,00	0,00	100,00%
Ao PROCON	0,00	0,00	0,00%
À Justiça	0,00	3,00	-100,00%
Indicadores Ambientais	2025	2024	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	41,94	38,04	10,25%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	67,19	62,18	8,06%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	31,78	29,70	7,00%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	40,67	38,64	5,25%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2025 ainda não foi divulgado.

1.10. Frota

O fortalecimento da estrutura operacional da Ceriluz Distribuição, em 2025, incluiu investimentos estratégicos na renovação da frota e na aquisição de máquinas, veículos e equipamentos especializados, com foco no aumento da eficiência operacional, na segurança das equipes e na ampliação da capacidade de resposta frente às demandas de manutenção, obras e atendimentos emergenciais.

Durante o exercício, a cooperativa adquiriu dois caminhões equipados para serviços de Linha Viva, destinados à realização de intervenções em redes energizadas de média tensão. Esses veículos são dotados de cestos aéreos isolados, guindastes articulados e sistemas de proteção que permitem a execução de manutenções e obras sem interrupção do fornecimento de energia, reduzindo impactos aos associados e aumentando a confiabilidade do sistema elétrico.

A frota operacional também foi reforçada com a aquisição de três caminhonetes de médio porte, modelo Toyota Hilux, utilizadas principalmente no apoio às equipes de manutenção de redes, inspeções técnicas, supervisão de obras e deslocamentos em áreas rurais de difícil acesso. Complementarmente, foram incorporadas quatro caminhonetes de pequeno porte, modelo Chevrolet Strada, destinadas a serviços de apoio, leitura, atendimento comercial, manutenção leve e logística interna, ampliando a mobilidade das equipes e a eficiência no atendimento diário aos associados.

No campo de obras civis e de infraestrutura, a Ceriluz investiu na aquisição de uma nova retroescavadeira Case 580N, equipamento essencial para a abertura de valas, escavação de fundações de postes, preparação de acessos e apoio às obras de ampliação e reestruturação de redes. A incorporação desse equipamento reduziu a dependência de serviços terceirizados, conferindo maior autonomia operacional e agilidade na execução das obras.

Além dos veículos e máquinas, foram adquiridos novos equipamentos e ferramentas especializadas, como compactadores hidráulicos de solo, rompedor elétrico e gerador portátil. Esses recursos ampliam a capacidade de atuação das equipes em áreas remotas ou com infraestrutura limitada, assegurando a continuidade dos serviços mesmo em situações adversas, como eventos climáticos extremos ou interrupções externas.

Veículos	2025	2024
Caminhões	6	6
Retroescavadeira	1	-
Picapes	31	26
Veículos de Passeio	2	2
Total	40	34

Referente às despesas de abastecimentos dos veículos, houve um aumento de 10,85% em relação ao ano anterior. Já quanto às despesas de manutenção, prevenção e IPVA dos veículos aumentaram 19,07% no ano de 2025 conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Ano	Abastecimentos	Δ%	Despesas	Δ%
2021	498	38,33%	851	28,94%
2022	671	34,74%	922	8,34%
2023	687	2,38%	1.184	28,42%
2024	737	7,28%	1.500	26,69%
2025	817	10,85%	1.786	19,07%
Total	3.410		6.243	

1.11. Tecnologia da informação

Nos últimos anos, a área de Tecnologia da Informação da Ceriluz tem evoluído continuamente, com foco na modernização da infraestrutura e na ampliação dos canais digitais de atendimento, visando mais agilidade, confiabilidade e comodidade aos associados e colaboradores.

Atualmente, os principais canais digitais de atendimento são a Agência Virtual e o WhatsApp, ambos amplamente utilizados. O WhatsApp se destaca pela praticidade e agilidade no atendimento, porém a Agência Virtual continua sendo o canal mais completo, concentrando funcionalidades que exigem maior detalhamento.

Por meio da Agência Virtual, os associados podem acessar serviços como:

- Segunda via da fatura;
- Consulta de débitos;
- Histórico de consumo;
- Registro e acompanhamento de atendimentos;

- Solicitação de serviços específicos, como aferição de medidor, solicitação de fornecimento de energia, registro de problemas de nível de tensão e comunicação de danos elétricos;
- Entre outros.

O WhatsApp oferece praticidade no esclarecimento de dúvidas, solicitações e suporte. Além disso, os escritórios de Catuípe e Ajuricaba continuam integrados remotamente aos sistemas da Ceriluz, possibilitando atendimento local aos associados sem a necessidade de deslocamento até Ijuí.

MELHORIAS REALIZADAS NO ANO DE 2025

A eficiência operacional de uma concessionária de energia depende diretamente de soluções eficazes de tecnologia da informação. Na Ceriluz, essas soluções envolvem sistemas de informação, integração de canais digitais e automação de processos, essenciais para a operação diária da cooperativa.

As principais melhorias implementadas em 2025 incluem:

API CERILUZ Foi desenvolvida uma API para integração com a solução de Omnichannel, permitindo que o associado interaja com um fluxo automatizado de WhatsApp da Convert Company. Essa integração proporciona maior controle e tratamento das solicitações, oferecendo os seguintes serviços via WhatsApp:

- Informar falta de energia;
- Emissão de segunda via da fatura;
- Consulta de histórico de faturas;
- Consulta de desligamentos programados;
- Falar com atendente;
- Alterar unidade consumidora de atendimento;
- Cadastrar ou alterar telefone para recebimento da fatura digital.

Destaca-se que, ao iniciar o contato, o sistema realiza automaticamente a verificação de registros de falta de energia. Caso exista ocorrência registrada, o associado recebe de forma imediata a previsão ou informação de retorno.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1. Análise do Resultado

Em 2025, a cooperativa teve prejuízo regulatório de R\$ 5,627 milhões, uma redução do prejuízo de R\$ 2,977 milhões em relação a 2024 que havia sido de um prejuízo de R\$ 8,604 milhões. O prejuízo regulatório deve-se principalmente pelas despesas financeiras que atingiram o montante de R\$ 11,923 milhões, valor esse 115% superior ao ano de 2024.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 114,502 milhões, enquanto em 2024 situou-se em R\$ 106,764 milhões. Esse aumento da receita operacional líquida resulta principalmente da conta suprimento a concessionárias 27% superior ao ano de 2024.

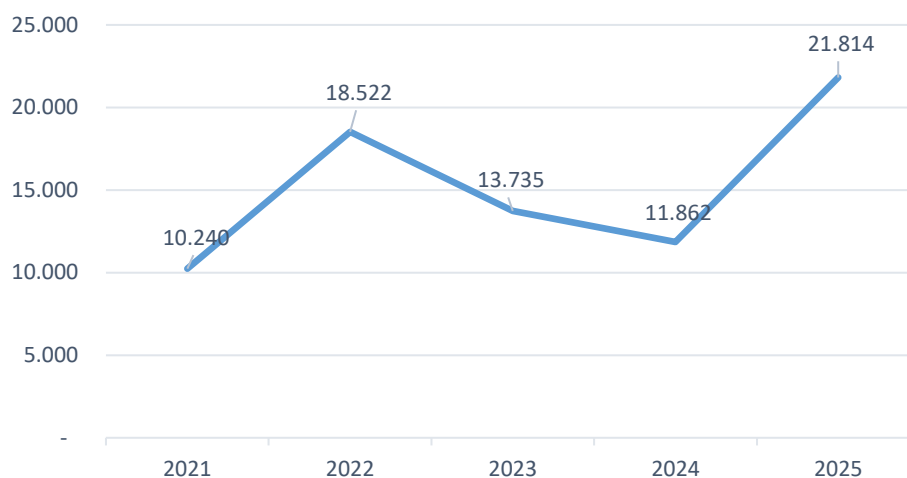
As despesas operacionais totalizaram em 2025 R\$ 107,762 milhões, 1% superior em relação à 2024.

As outras despesas reduziram em 22%, principalmente na conta perdas na desativação de bens reavaliados.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 21,814 milhões, superior em 71% a 2024 que foi de R\$ 11,892 milhões, conforme evolução abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2025	2024	%
Receita Operacional Líquida	114.502	106.765	7%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(107.762)	(106.894)	1%
(-) Outras Despesas Operacionais	(4.006)	(5.107)	-22%
(+) Outra Receitas Operacionais	1.837	464	296%
Resultado da Atividade ou EBIT	4.571	- 4.772	-196%
(+) Depreciação e Amortização	17.243	16.664	3%
EBITDA	21.814	11.892	83%
Margem EBITDA (%)	19	11	71%

EBITDA



2.2. Variações Patrimoniais

Em 2025 o patrimônio líquido da Cooperativa reduziu 2%, passando de R\$ 318,199 em 2024 para R\$ 312,576 milhões em 2025. Essa redução ocorreu devido a baixa de ativos com reavaliação regulatória.

O ativo circulante reduziu R\$ 15,441 milhões, ou seja 31%, a maior variação ocorreu na conta Outros ativos circulantes, devido a transferência de mutuo financeiro com a Ceriluz Geração do curto para o longo prazo.

No ativo não circulante ocorreu o inverso, ele aumentou R\$ 28,628 milhões devido a transferência do mutuo financeiro e um aumento de R\$ 5,429 milhões no ativo imobilizado.

O passivo circulante teve uma redução de 7% passando de R\$ 54,53 milhões em 2024 para 50,193 em 2025. A maior redução foi na conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo, 20%.

No passivo não circulante a conta com maior acréscimo também foi a de empréstimos e financiamentos passando de R\$ 26,486 milhões em 2024 para R\$ 30,419 em 2025.

2.3. Investimentos

Em 2025, os investimentos da cooperativa importaram em R\$ 28,310 milhões, 13% inferiores em relação a 2024, que foram de 32,603 milhões. A Ceriluz manteve um ritmo consistente de investimentos em obras, modernização e qualificação da infraestrutura elétrica, alinhado ao crescimento da demanda, à expansão regional e às exigências regulatórias de qualidade, confiabilidade e segurança do fornecimento. As ações realizadas ao longo do exercício reforçam a estratégia de fortalecimento do sistema elétrico, redução de riscos operacionais e ampliação da capacidade de atendimento aos associados em todas as classes de consumo.

Obras Estruturantes do Sistema Elétrico

O ano de 2025 foi marcado por diversas obras de melhorias no sistema elétrico da Cooperativa. Esses investimentos compreenderam desde o início da construção de uma nova subestação, até a reconstrução ou recondutoramento de redes, fazendo sua ampliação de capacidade e conversões de monofásica para trifásica.

Subestação Ceriluz IV

A Ceriluz iniciou em fevereiro de 2025, a construção de sua quarta subestação de energia, denominada Subestação Ceriluz IV, localizada no município de Coronel Barros. Ao longo do ano, a obra apresentou avanço significativo, encerrando o exercício com a construção da estrutura civil finalizado.

As atividades realizadas ao longo do ano compreenderam serviços de terraplanagem e britagem do solo, execução das fundações, construção da casa de comando, paredes corta-fogo, instalação de estruturas de suporte para cabos e equipamentos, além do cercamento da área. O projeto ingressa em 2026 com a etapa de instalação eletromecânica, incluindo montagem de condutores e equipamentos de força.

No que se refere aos equipamentos principais, foram entregues e instalados dois transformadores de potência, cada um com capacidade de 12,5 MVA, totalizando 25 MVA. Também foram adquiridos e instalados no local os relés e disjuntores de proteção dos transformadores, bem como religadores automáticos de rede, responsáveis pela proteção dos circuitos alimentadores e pelo restabelecimento automático do fornecimento em situações de falhas transitórias.

A Subestação Ceriluz IV será uma subestação rebaixadora, operando na transformação de tensão de 69 kV para 23,1 kV, atendendo associados dos municípios de Coronel Barros, Ijuí, Catuípe e Augusto Pestana. Sua interligação com as demais subestações da cooperativa permitirá maior flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento em situações de contingência, especialmente durante eventos climáticos severos. A subestação está sendo implantada de forma integrada à PCH Linha Onze Oeste, constituindo um complexo energético estratégico para o fortalecimento do sistema regional.

Nos últimos anos, a Ceriluz ampliou significativamente seu complexo de transformação de energia. Atualmente, estão em operação três subestações: a Subestação Ceriluz 01, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí, com potência instalada de 22,5 MVA; a Subestação Ceriluz 02, na comunidade de São Jacó, no município de Santo Augusto, também com 22,5 MVA; e a Subestação Ceriluz 03, situada na Linha 01 Leste, em Ijuí, com potência instalada de 25 MVA. A entrada em operação da Subestação Ceriluz IV reforçará esse conjunto, ampliando a capacidade de transformação e a confiabilidade do sistema de distribuição da cooperativa.

Manutenção Preventiva da Subestação Ceriluz 01

Como parte das ações de preservação dos ativos estratégicos do sistema elétrico, a Ceriluz realizou, em 30 de março de 2025, serviços de limpeza e manutenção preventiva na Subestação Ceriluz 01 – Reinoldo Luís Kommers, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí.

As atividades envolveram a limpeza de isoladores e demais equipamentos, bem como a correção de uma falha de conexão na entrada da linha de 69 kV que interliga a cooperativa às PCHs José Barasuol e RS-155.

Os serviços foram realizados de forma integrada com equipes da RGE, considerando que a subestação constitui ponto de conexão entre a rede da cooperativa e a concessionária supridora.

Alimentador Coronel Barros – Augusto Pestana

Como parte da preparação do sistema para a entrada em operação da Subestação Ceriluz IV, em 2025, a cooperativa concluiu a implantação de um novo alimentador estratégico entre municípios de Coronel Barros e Augusto Pestana. O projeto, executado por equipes próprias e terceirizadas, contemplou a implantação de aproximadamente 15 quilômetros de rede trifásica, em duas etapas.

A primeira etapa compreendeu cerca de 11 quilômetros de rede entre a cidade de Coronel Barros e a localidade de Rincão dos Pampas, enquanto a segunda adicionou mais de 4 quilômetros até a localidade de Linha Progresso. A obra integra a infraestrutura necessária para o escoamento da energia proveniente da futura Subestação Ceriluz IV, ampliando a confiabilidade e a capacidade de atendimento da região.

Recondutoramento de Redes e Ampliação de Capacidade

Ao longo do exercício, a cooperativa executou diversas obras de recondutoramento de redes, com foco no aumento da capacidade de carga, na redução da suscetibilidade a falhas e na preparação do sistema para novas demandas.

No município de Catuípe, foi realizado o recondutoramento da rede trifásica entre a cidade e a localidade de Passo Burmann, em extensão total de 12,6 quilômetros, executada em duas etapas. A obra beneficiou diretamente 924 unidades consumidoras e ampliou a capacidade de fornecimento de energia de 4,5 MW para 12 MW, viabilizando novos investimentos produtivos na região.

Também foram realizadas melhorias na rede que abastece as comunidades de Itaí e Arroio Leão, em Ijuí, com a substituição de aproximadamente quatro quilômetros de cabos e postes. A capacidade de carga da

rede foi ampliada de 2 MW para 6 MW, atendendo ao crescimento do consumo residencial, rural e industrial, incluindo uma indústria de envasamento de água instalada na localidade.

Alterações de Traçado e Iluminação Pública

Além do reforço de capacidade, a cooperativa avançou na reorganização do traçado das redes, buscando ganhos operacionais, urbanos e produtivos.

A Ceriluz promoveu a reestruturação da rede alimentadora que atravessa a cidade de Nova Ramada, ligando os bairros Pinhal e Barro Preto. A obra, realizada em parceria com o município, incluiu alteração de traçado, substituição de postes e cabos e praticamente dobrou a capacidade de condução de energia da rede.

Com extensão aproximada de 3,7 quilômetros, a intervenção substituiu cabos de 21 mm² por cabos de 53,5 mm² e trocou postes de 11 metros por novos de 12 metros. O novo traçado, paralelo à via principal, permitiu retirar a rede de áreas produtivas e urbanizadas, além de viabilizar a implantação de iluminação pública utilizando a própria infraestrutura de distribuição.

Interligações e Pontos de Manobra

A ampliação das interligações entre redes e subestações foi outra estratégia adotada para aumentar a flexibilidade e a confiabilidade do sistema elétrico.

Em 2025, foi construída uma rede de interligação entre as comunidades de Esquina Neves, em Catuípe, e Coxilha Bonita, em Chiapetta, com extensão de 4,88 quilômetros de rede trifásica. A obra possibilita a conexão de parte do município de Catuípe à Subestação Ceriluz 02, em Santo Augusto, criando novos pontos de manobra no sistema.

Essas interligações permitem que as redes sejam alimentadas por mais de uma subestação, facilitando manutenções, transferências de carga e a operação do sistema com menor impacto aos consumidores, especialmente em períodos críticos.

Modernização Tecnológica e Eficiência Operacional

A incorporação de novas tecnologias e métodos operacionais tem sido fundamental para qualificar os serviços prestados e preparar a cooperativa para os desafios futuros do setor elétrico.

Medição Remota e Leitura Inteligente

Como parte do processo de modernização dos sistemas comerciais e de medição, a Ceriluz iniciou a implantação de tecnologias de leitura remota para associados do Grupo B.

Em 2025, entrou em operação, no município de Ijuí, um projeto-piloto de Leitura Inteligente, utilizando tecnologia de telemetria para medição remota do consumo de energia de mais de 420 associados do Grupo B. A iniciativa representa um avanço relevante na modernização dos processos comerciais e operacionais da cooperativa.

O projeto prepara o caminho para futura expansão do sistema e para o desenvolvimento de ferramentas que permitam ao associado acompanhar seu consumo em tempo real, mantendo, nas demais regiões, os procedimentos convencionais de leitura. Os associados do Grupo A já são todos atendidos com a tecnologia de leitura remota.

Equipe de Linha Viva e Redução de Desligamentos

A atuação em redes energizadas consolidou-se como uma ferramenta estratégica para reduzir impactos aos consumidores durante obras e manutenções.

A cooperativa manteve investimentos na ampliação das equipes de Linha Viva, que realizam intervenções em redes energizadas, reduzindo a necessidade de desligamentos programados. Em 2025, a Ceriluz passou a contar com oito eletricitistas habilitados para essa atividade, após a realização de treinamentos de formação e reciclagem.

A atuação dessas equipes tem sido estratégica em obras complexas, como o deslocamento de redes ao longo da BR-285, permitindo a execução dos serviços com menor impacto aos consumidores, especialmente empresas e indústrias conectadas à rede.

2.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 30 milhões junto aos bancos Sicredi, Santander, Cresol, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa Econômica Federal e Banrisul.

2.5. Valor Adicionado

Em 2025, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 56,568 milhões, representando 39% dos ingressos/ Receita Operacional Bruta., com a seguinte distribuição:

2.6. Composição Acionária

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6,281 milhões é formado por cotas partes referentes a 13.787 associados em 31 de dezembro de 2025.

2.7. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

2.8. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;
- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

2.9. Gestão de Pessoas e Processos

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários ela investiu R\$ 309 mil em cursos e treinamentos de capacitação. Ao final de 2025, contou com 145 empregados.

3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

Inclusão, Protagonismo Feminino e Valorização das Associadas

A promoção da inclusão e do protagonismo feminino integra as ações sociais desenvolvidas pela Ceriluz. Em 6 de março de 2025, a cooperativa realizou o 2º Encontro de Mulheres, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, reunindo associadas, esposas e filhas de associados, além de colaboradoras da instituição.

O evento abordou temas relacionados à saúde da mulher, autoestima, liderança e autocuidado, combinando palestras informativas e atividades de valorização pessoal. Aproximadamente 700 mulheres participaram do encontro, realizado no salão social da Sociedade União Afucoper, em Ijuí.

Atualmente, a Ceriluz conta com 3.347 associadas, representando cerca de 25% do quadro social, número que evidencia o crescimento da participação feminina na cooperativa e no cooperativismo regional. Com iniciativas como o Encontro de Mulheres, a Ceriluz busca ampliar esse protagonismo, criando espaços de formação, integração e fortalecimento das lideranças femininas.

Juventude, Formação e Intercâmbio Cooperativista

O incentivo à formação de jovens e à troca de experiências cooperativistas também marcou o ano de 2025. Em 25 de junho, a Ceriluz recebeu aproximadamente 40 representantes de cooperativas de infraestrutura de diferentes estados brasileiros, em uma visita técnica voltada à troca de experiências, ao debate de desafios comuns e à apresentação das práticas de gestão, governança e procedimentos técnicos da cooperativa.

No âmbito internacional, a Ceriluz recebeu, em 31 de julho, um grupo de 36 jovens paraguaios, filhos de associados de cooperativas daquele país, em viagem de estudos ao Rio Grande do Sul. A visita integrou uma programação voltada ao conhecimento do cooperativismo brasileiro e incluiu atividades na sede administrativa da Ceriluz, visitas a propriedades com nascentes preservadas pelo Projeto Água Viva e a usinas de geração de energia.

Complementarmente, a cooperativa sediou, nos dias 13 e 14 de agosto, uma etapa do Curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural, promovido pela Emater/RS-Ascar. A atividade abordou a diversidade e a riqueza do meio rural, combinando conteúdos teóricos e práticos, com foco na preservação da água, reflorestamento e uso sustentável dos recursos naturais, além de visitas técnicas a propriedades e a uma usina da Ceriluz.

Plano de Saúde Unimed Noroeste/RS:

A partir desta parceria, os associados da Ceriluz têm acesso ao Plano Ambulatorial da Unimed, com cobertura regional que abrange os 52 municípios das regiões Noroeste, Celeiro e Médio Alto Uruguai, área de

atuação da cooperativa médica. O plano assegura atendimento médico de qualidade, com acesso a profissionais de diferentes especialidades, laboratórios, exames de imagem e atendimento no hospital próprio da Unimed, localizado em Ijuí, que se destaca pela infraestrutura e serviços diferenciados. Além disso, o plano oferece acesso a uma qualificada rede de serviços credenciados em toda a região, garantindo agilidade e excelência no cuidado com a saúde dos beneficiários.

Associados usuários: 2.578.

Cartão HCI Vida:

O sistema Cartão HCI Vida, disponibilizado pela Ceriluz, permite o uso direto de serviços médicos e de saúde do Hospital de Clínicas de Ijuí (HCI) e de médicos e laboratório conveniados, por meio de um cartão de acesso. Entre as vantagens estão descontos em consultas clínicas realizadas na Central de Convênios e com médicos credenciados, além de exames laboratoriais e diagnósticos por imagem. Também oferece atendimento na emergência 24 horas, com possibilidade de inclusão de procedimentos cirúrgicos e internações clínicas, contratados diretamente com a Central de Convênios do HCI, com condições flexíveis de pagamento. Tanto o valor da mensalidade quanto o valor das diferenças em consultas e exames são debitadas junto a fatura de energia mensal.

Associados usuários: 510.

Convênio com o Hospital Bom Pastor:

A parceria com o Hospital Bom Pastor de Ijuí, permitindo aos associados a adesão ao Cartão Saúde Bom Pastor – Ceriluz, que proporciona descontos em consultas, exames, internações e procedimentos médicos no Hospital Bom Pastor e junto a médicos e laboratórios conveniados. Além disso, o pagamento pode ser feito diretamente na conta de energia, facilitando o acesso a serviços de saúde com qualidade e agilidade.

Associados usuários: 88.

4. OUTORGADA EM NÚMEROS

Cada vez mais, a Cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Atendimento	2025	2024	%
Número de consumidores	15.308	15.093	1,42%
Número de empregados	145	142	2,11%
Número de consumidores por empregado	106	106	-0,27%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	29	29	0,00%
Mercado	2025	2024	%
Área de concessão (Km²)	3.492.649	3.492.649	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	108,00	103,00	4,85%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	565,25	484,25	16,73%
Residencial	486,54	484,25	0,47%
Comercial	680,93	501,24	35,85%
Industrial	587,07	557,66	5,27%
Rural	506,48	510,31	-0,75%
DEC (horas)	8,65	12,42	-30,35%
FEC (número de interrupções)	8,66	9,34	-7,28%
TMA (minutos)	134	173	-22,54%

Operacionais	2025	2024	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.538	4.533	0,11%
Capacidade Instalada (MW)	233	213	9,39%
Financeiros Regulatórios	2025	2024	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	144.484	132.640	8,93%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	114.502	106.765	7,25%
Margem operacional do serviço líquido (%)	-4,91%	-6,96%	-29,36%
EBITDA OU LAJIDA	21.814	11.872	83,74%
Lucro líquido (R\$ mil)	- 5.627	- 7.427	-24,24%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	312.577	318.199	-1,77%

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2025
A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2025

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2025

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

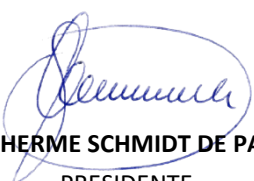
CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

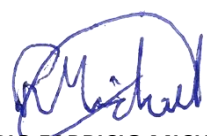
(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		34.403	49.844
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.385	5.715
Consumidores	6	10.909	11.900
Concessionárias e permissionárias	6	3.891	5.200
Serviços em curso	7	2.012	535
Tributos compensáveis	8	2.101	1.463
Almoxarifado operacional	10	1.264	1.595
Investimentos temporários	11	29	198
Ativos regulatórios	37	3.183	3.758
Outros ativos circulantes	12	6.629	19.480
NÃO CIRCULANTE		377.522	348.894
Tributos compensáveis	8	2.556	1.911
Depósitos judiciais e cauções	9	49	3.612
Outros ativos não circulantes	13	26.501	408
Bens e atividades não vinculadas a permissão	14	448	279
Imobilizado	15	347.474	342.045
Intangível	15	494	639
TOTAL DO ATIVO		411.925	398.738

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 020.283.650-99



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

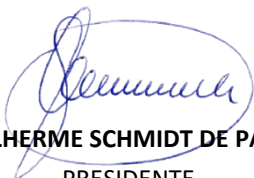
CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		50.193	54.053
Fornecedores	16	5.570	7.626
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	26.887	33.481
Obrigações sociais e trabalhistas	18	5.194	3.889
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	19	470	564
Encargos setoriais	21	1.779	1.245
Passivos regulatórios	37	4.949	4.324
Obrigações com Associados	23	1.172	1.178
Outros passivos circulantes	22	4.172	1.746
NÃO CIRCULANTE		49.156	26.486
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	30.419	10.866
Provisão para litígios	20	350	500
Outros passivos não circulantes		469	-
Obrigações vinculadas à permissão	38	17.918	15.120
TOTAL DO PASSIVO		99.349	80.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		6.281	6.277
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes	24	199.874	214.114
Reserva de sobras		104.145	95.596
Sobras à disposição da Assembleia		1.708	1.644
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		312.576	318.199
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		411.925	398.738

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 020.283.650-99



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2025	2024
Receita / Ingresso	27	144.484	132.640
Fornecimento de energia elétrica		30.041	29.952
Suprimento de energia elétrica		11.066	8.732
Disponibilização do sistema de distribuição		56.700	52.511
Ativos e Passivos Regulatórios		2	(1.812)
Serviços cobráveis		6	5
Doações, contrib. e subvenções		46.669	43.252
Tributos	28	(11.317)	(10.479)
ICMS		(9.125)	(8.860)
PIS-PASEP		(390)	(288)
COFINS		(1.802)	(1.331)
Encargos - Parcela "A"	29	(18.665)	(15.397)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(17.604)	(15.181)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(242)	(216)
Outros encargos		(819)	0
Receita líquida / Ingresso líquido		114.502	106.764
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	30	(53.883)	(54.536)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.576)	(29.639)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(24.307)	(24.897)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		60.619	52.228
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	31	(53.879)	(52.358)
Pessoal e administradores		(19.876)	(18.116)
Material		(3.225)	(4.663)
Serviços de terceiros		(6.626)	(7.061)
Arrendamentos e aluguéis		(340)	(288)
Seguros		(325)	(69)
Provisões		138	24
(-) Recuperação de despesas		461	538
Tributos		(961)	(765)
Depreciação e amortização		(17.242)	(16.664)
Gastos diversos		(5.883)	(5.294)
Outras receitas operacionais	32	1.837	464
Outras despesas operacionais	33	(4.006)	(5.107)
Resultado da Atividade		4.571	(4.773)
Resultado Financeiro	41	(9.807)	(3.689)
Despesas financeiras		(11.923)	(5.552)
Receitas financeiras		2.116	1.863
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		(5.236)	(8.462)
Contribuição social		(110)	(44)
Imposto de renda		(281)	(98)
Resultado líquido do exercício		(5.627)	(8.604)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 020.283.650-99


RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2.025	2.024
RECURSOS		
Resultado do Período	(5.627)	(8.604)
Demais Resultados	14.995	17.168
Realização da Reserva de Reavaliação	464	485
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória - VNR	13.776	15.657
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	755	1.026
Resultado Líquido do Período	9.368	8.564
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	827	344
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	827	344
Destinações de Caráter Legal	6.833	6.576
Reserva Legal 45% - Artigo 48 Estatuto Social	3.844	3.699
Fates/Rates - 5% - Artigo 48 Estatuto Social	427	411
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 48 Estatuto Social	2.562	2.466
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.708	1.644

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 020.283.650-99


RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

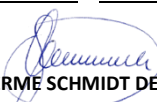
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2023	6.269	568	230.257	87.423	2.279	326.796
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O				2.279	(2.279)	-
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	8					8
Sobra Líquida do Exercício					(8.604)	(8.604)
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação			(485)		485	-
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória - VNR			(15.657)		15.657	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES				(1.026)	1.026	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal				3.699	(3.699)	-
Destinação Estatutária Fates				755	(755)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes				2.466	(2.466)	-
Saldo em 31.12.2024	6.277	568	214.115	95.596	1.644	318.200
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O				1.644	(1.644)	-
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	4					4
Sobra Líquida do Exercício					(5.627)	(5.627)
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação			(464)		464	-
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória - VNR			(13.776)		13.776	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES				(755)	755	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal				3.844	(3.844)	-
Destinação Estatutária Fates				1.254	(1.254)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes				2.562	(2.562)	-
Saldo em 31.12.2025	6.281	568	199.875	104.145	1.708	312.577


GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
 PRESIDENTE

CPF 020.283.650-99


RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2025	%	2024	%
1. Receitas	146.344		133.110	
Ingressos e Receitas de Operações com Energia Elétrica	97.810		89.383	
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	48.534		43.727	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	74.649		77.221	
Energia Comprada para Revenda	53.883		54.536	
Materiais, Serviços de Terceiros e Outros Dispendios	20.766		22.685	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	71.695		55.889	
4. Depreciação e Amortização	17.243		16.664	
5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4)	54.452		39.225	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.116		1.863	
Ingressos e Receitas Financeiras	2.116		1.863	
7. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	56.568		41.088	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	15.432	27,28%	14.212	34,59%
Remuneração Direta	10.476	18,52%	9.444	22,98%
Benefícios	3.619	6,40%	3.584	8,72%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	1.337	2,36%	1.184	2,88%
Impostos, Taxas e Contribuições	34.839	61,59%	29.927	72,84%
Federais	25.692	45,42%	21.061	51,26%
Estaduais	9.124	16,13%	8.860	21,56%
Municipais	23	0,04%	6	0,01%
Remuneração de Capitais de Terceiros	11.923	21,08%	5.553	13,51%
Dispendios e Despesas Financeiras	11.923	21,08%	5.553	13,51%
Remuneração de Capitais Próprios	(5.626)	-9,95%	(8.604)	-20,94%
Sobras Retidas	(5.626)	-9,95%	(8.604)	-20,94%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	56.568	100,00%	41.088	100,00%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 020.283.650-99


RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.7 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - Método Direto

(Valores em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Fornecimento de Energia	35.227	36.258
Suprimento de Energia	11.067	8.732
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	56.700	52.511
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	46.148	43.130
Outros Recebimentos Operacionais	2.455	653
Fornecedores - Materiais e Serviços	(47.518)	(39.345)
Fornecedores - Energia Elétrica	(27.534)	(29.830)
Salários e Encargos Sociais	(22.746)	(20.019)
Tributos sobre a Receita - Federal	(2.314)	(1.367)
Tributos sobre a Receita - Estadual	(8.799)	(7.812)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(346)	(55)
Encargos de Transmissão	(9.045)	(10.726)
Demais Encargos Regulatórios	(19.832)	(17.258)
Outras Despesas Operacionais	(4.975)	(6.924)
	<u>8.488</u>	<u>7.948</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Participações Societárias	(11)	(117)
Imobilizado	(1.162)	(1.482)
Intangível	(11.776)	(12.620)
Participação Financeira do Consumidor	3.299	2.439
Empréstimos / Mútuos Concedidos	(13.046)	(13.604)
Proventos Recebidos	439	73
	<u>(22.257)</u>	<u>(25.311)</u>
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	70.260	66.226
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(57.822)	(45.796)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>12.438</u>	<u>20.430</u>
Demonstração da Variação Líquida Caixa e Equivalentes		
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.715	2.648
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>4.384</u>	<u>5.715</u>
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	<u>(1.331)</u>	<u>3.067</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 020.283.650-99


RUBIO-FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 – Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional. O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Nota 4 – Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

(a) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 01 de junho de 2023. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(b) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou reavaliação. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(c) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Venci- mento	Remuner. no Venc. %	2025	2024
Caixa e Bancos				524	199
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	9	208
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	11	14
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	2.385	5.287
Itaú	CDB-DI	Diário	95%CDI	165	1
Bradesco	CDB-DI	Diário	95% CDI	-	6
TOTAL			-	3.094	5.715

Nota 6 – Consumidores

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 146 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2025 LIQUIDO	TOTAL 2024 LIQUIDO
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	8.250	-	1.016	28	14	106	(121)	15	73	13	19	(18)	9.395	10.528
- Residencial	764	-	266	6	8	65	(79)	5	15	6	12	(12)	1.056	978
- Industrial	188	-	71	-	-	11	(11)	-	-	-	-	-	259	1.534
- Comercial	634	-	102	17	2	9	(11)	4	10	1	5	(5)	768	1.059
- Rural	4.239	-	564	5	4	18	(18)	6	48	6	2	(1)	4.873	4.444
- Poderes Públicos	85	-	6	-	-	2	(1)	-	-	-	-	-	92	82
- Iluminação Pública	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	54
- Serviço Público	102	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109	329
- Serviço Taxado	-	-	-	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-	1
- Fornecimento Não Faturado	2.185	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.185	2.047
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	176	1.169	10		1		(1)	-	-	-	-	-	1.355	1.222
Outros Creditos	115	-	41	1	1	7	(6)	-	-	-	-	-	159	150
TOTAL CONSUMIDORES	8.541	1.169	1.067	29	16	113	(128)	15	73	13	19	(18)	10.909	11.900
Suprimento Energia - Moeda Nacional	280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280	246
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.674	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.674	29
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.937	4.925
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS	3.891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.891	5.200
TOTAL	12.432	1.169	1.067	29	16	113	(128)	15	73	13	19	(18)	14.800	17.100

Nota 7 – Serviços em Curso

	2025	2024
Manutenção de Redes	1.828	304
Assistência Técnica	184	231
Total de Serviços em Curso	2.012	535

Nota 8 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2025	2024
ICMS a Recuperar Curto Prazo	2.101	1.463
IRRF a Recuperar	-	-
IRPJ Estimado	-	-
Total de Tributos Compensáveis	2.101	1.463

Ativo Não Circulante

	2025	2024
ICMS a Recuperar Longo Prazo	2.556	1.911
Total de Tributos Compensáveis	2.556	1.911

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 9 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	2025	2024
Trabalhistas	-	49	49	-
Cíveis	-	-	-	3.612
Fiscais	-	-	-	-
Total de Contingências	-	49	49	3.612

Nota 10 – Almoxarifado Operacional

	2025	2024
Almoxarifado de Manutenção de Redes	1.051	1.228
Materiais Emprestados	17	-
Resíduos e Sucatas	196	367
Total do Estoque	1.264	1.595

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Investimentos Temporários

A composição dos Investimentos Temporários é a seguinte:

	2025	2024
Banrisul Capitalização	3	48
Caixa Capitalização	26	-
Santander Capitalização	-	150
Total Títulos e Valores Mobiliários	29	198

Nota 12 - Outros Ativos Circulantes

	2025	2024
Reembolsos do Fundo da CDE	4.151	3.631
Empregados	201	212
Adiantamento a Fornecedores	681	481
Dispêndios a Reembolsar	938	867
Rendas a receber	-	13.784
Desativações e Alienações	658	505
Total Outros Recebíveis	6.629	19.480

Nota 13 – Outros Ativos não Circulantes

	2025	2024
Mutuo financeiro	26.501	-
Pagamentos Judiciais a Receber	-	408
Total Outros Ativos Não Circulantes	26.501	408

Nota 14 – Bens e atividades não vinculados a permissão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

	2025	2024
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	89	80
Participação SICREDI Catuípe	23	20
Participação CRESOL Ijuí	196	51
Participação CRESOL Santo Augusto	122	116
Participação SICOOB	2	1
Participação UNICRED Ijuí	15	10
TOTAL	448	279

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

15.1. Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	458.658	18.975	(2.700)	-	(6.139)	468.794	16.275	(147.802)	320.992	322.957	18.464	(3.459)	15.005
Terrenos	3.896	-	-	-	-	3.896	-	-	3.896	3.896	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	3.463	-	-	-	-	3.463	-	(742)	2.721	2.843	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	444.023	17.102	(2.604)	-	(6.051)	452.470	14.498	(142.407)	310.063	313.000	18.464	(3.459)	15.005
Veículos	7.276	1.873	(96)	-	(88)	8.965	1.777	(4.653)	4.312	3.218	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	3.608	9	-	(31)	(29)	3.557	(22)	(1.771)	1.786	2.117	(150)	(150)	(300)
Terrenos	77	-	-	-	-	77	-	-	77	77	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.064	5	-	-	-	2.069	5	(1.279)	790	1.017	(150)	(150)	(300)
Veículos	384	-	-	(31)	(29)	324	(31)	(211)	113	153	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.083	4	-	-	-	1.087	4	(281)	806	870	-	-	-
Subtotal	462.266	18.984	(2.700)	(31)	(6.168)	472.351	16.253	(149.573)	322.778	325.074	18.314	(3.609)	14.705
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	16.971	51.893	(44.167)	-	-	24.697	7.726	-	24.697	16.971	2.913	-	2.913
Máquinas e Equipamentos	5.921	23.987	(17.466)	-	-	12.442	6.521	-	12.442	5.921	2.913	-	2.913
Outros	11.050	27.906	(26.701)	-	-	12.255	1.205	-	12.255	11.050	-	-	-
Administração	-	55	(55)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	50	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	16.971	51.948	(44.222)	-	-	24.697	7.726	-	24.697	16.971	2.913	-	2.913
Total do Ativo Imobilizado	479.237	70.932	(46.922)	(31)	(6.168)	497.048	23.979	(149.573)	347.475	342.045	21.227	(3.609)	17.618

15.2. Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	1.014	-	-	-	-	1.014	-	(598)	416	518
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.014	-	-	-	-	1.014	-	(598)	416	518
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.067	7	-	-	-	1.074	7	(996)	78	121
Softwares	1.067	7	-	-	-	1.074	7	(996)	78	121
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.080	7	-	-	-	2.087	7	(1.594)	494	639
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	2.080	14	(7)	-	-	2.087	7	(1.594)	494	639

15.3. Depreciação e Amortização

Taxas Anuais Médias de Depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL, nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação (%)	
Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor de Sistema	3,57%
Estrutura de Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração Central	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e Patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. RETROESCAVADEIRA CASE MODELO 580N	434
2. CONJUNTO COMPLETO LINHA VIVA CESTO AERO ISOLADO	316
3. VEÍCULO HILUX CS DSL 4X4 MT	171
4. VEÍCULO HILUX CS DSL 4X4 MT	171
5. VEÍCULO HILUX CS DSL 4X4 MT	189
6. REGULADOR DE TENSÃO 288KVA	123
7. RELIGADOR ENTEC MODELO EPR-2	100
8. RELIGADOR ENTEC MODELO EPR-2	95
9. REGULADOR DE TENSÃO 288KVA	91
10. REGULADOR DE TENSÃO 288KVA	91

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. RELIGADOR TRIFASICO COOPER	210
2. RELIGADOR TRIFASICO COOPER	190
3. CHEVOLET S10	184
4. RELIGADOR TRIFASICO COOPER	173
5. REGULADOR DE TENSÃO 144KV	164
1. REGULADOR DE TENSÃO 144KV	155
2. REGULADOR DE TENSÃO 144KV	155
3. REGULADOR DE TENSÃO 144KV	152
2. REGULADOR DE TENSÃO 144KV	152
5. RELIGADOR TRIFASICO COOPER	113

Nota 16 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos:

	2025	2024
Encargos de Uso de Rede Elétrica	233	191
Suprimento de Energia	1.790	5.043
Materiais e Serviços	3.547	2.392
Total Fornecedores	5.570	7.626

Nota 17 – Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2025	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Total 2024
Financ. / Emprést. Moeda Nacional										
CAIXA FEDERAL CAPITAL DE GIRO - 73799-10	42	2.000	4.000	6.042	Sim	dez/25	3,96%	25/01/2026	Mensal	-
CAIXA FEDERAL CAPITAL DE GIRO - 73784-33	9	1.500	-	1.509	Sim	dez/24	CDI + 3,41%	15/01/2026	Mensal	3.325
SICREDI CAPITAL DE GIRO C518201763	11	1.146	382	1.539	Sim	mai/25	2,76%	20/01/2026	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO SANTANDER	2	1.200	-	1.202	Sim	jan/24	CDI + 4,64%	03/01/2026	Mensal	2.528
CRESOL CREDITO ROTATIVO 22923-7	47	920	3.768	4.735	Sim	ago/25	25,34%	15/01/2026	Mensal	-
UNICRED CRÉDITO ROTATIVO 20251963	-	2.400	-	2.400	Sim	dez/25	25,19%	23/01/2026	Mensal	-
SICOOB - CRÉDITO ROTATIVO	166	5.000	-	5.166	Sim	set/24	10,59%	15/01/2026	Mensal	5.260
BANRISUL CREDITO ROTATIVO	78	1.816	-	1.894	Sim	jan/25	CDI + 5,54%	19/01/2026	Mensal	1.808
SICREDI CAPITAL DE GIRO C518201461	6	133	633	772	Sim	mai/25	4,68%	20/01/2025	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO ITAÚ	49	1.373	2.654	4.076	Sim	jul/24	18,17	03/01/2026	Mensal	5.111
CAPITAL DE GIRO BRADESCO	46	1.071	3.832	4.949	Sim	nov/24	16,76	24/06/2025	Mensal	5.085
CRESOL CREDITO ROTATIVO 1961-5	42	2.000	-	2.042	Sim	jan/25	24,60%	15/01/2026	Mensal	-
CRESOL CAPITAL DE GIRO 20906-0	7	10	80	97	Sim	jun/24	13,98%	15/01/2025	Mensal	90
SICREDI CREDITO ROTATIVO C318202219	-	5.082	-	5.082	Sim	mai/23	-	15/01/2026	Mensal	5.067
UNICRED - CRÉDITO ROTATIVO 2025797	314	417	1.875	2.606	Sim	mai/23	10,59%	12/01/2026	Mensal	1.543
BNDS FINAME 010092510016	-	-	4.191	4.191	Sim	mai/25	12,80%	15/03/2025	Mensal	-
BADESUL POE 052732510123	-	-	9.003	9.003	Sim	mai/25	7,00%	15/01/2026	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE	-	-	-	-	Sim	nov/20	8,08%	00/00/00	Mensal	2.330
CAPITAL DE GIRO SICREDI DAS CULTURAS	-	-	-	-	Sim	nov/24	16,63%	00/00/00	Mensal	4.000
CAPITAL DE GIRO BANCO DO BRASIL	-	-	-	-	Sim	fev/24	CDI+ 3,79%	00/00/00	Mensal	667
CAPITAL DE GIRO CRESOL	-	-	-	-	Sim	nov/24	24,60	00/00/00	Mensal	7.057
CONSORCIO SICREDI COTA: 0086-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76
CONSORCIO SICREDI COTA: 0087-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76
CONSORCIO BB COTA: 0957	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
CONSORCIO BB COTA: 9799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8

CONSORCIO SICREDI COTA: 0052-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169
CONSORCIO SICREDI COTA: 0154-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
CONSORCIO SICREDI COTA: 0085-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
CONSORCIO CAIXA COTA: 0820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
CONSORCIO CAIXA COTA: 0133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
CONSORCIO SICREDI COTA: 0156-00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47
Total por Dívida	819	26.068	30.418	57.305	-	-	-	-	-	44.347

Nota 18 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2025	2024
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	1.248	928
Consignação em Favor da Concessionária	56	52
Folha de Pagamento Liquida	1.483	839
Provisão de Férias	2.407	2.070
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.194	3.889

Nota 19 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2025	2024
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	226	212
CSLL a Recolher	9	19
IRPJ a Recolher	10	20
PIS s/ Faturamento	31	53
COFINS s/ Faturamento	142	242
I.S.S.Q.N a Recolher	19	8
INSS a Recolher	17	4
PIS/COFINS a Recolher	13	5
Imposto de Renda a Recolher	3	1
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	470	564

Nota 20 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2024	500	-	-	500
Constituição	-	-	-	-
Pagamentos	(129)	-	-	(129)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-
Baixas	(21)	-	-	(21)
Outros	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	350	-	-	350
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	350	-	-	350

No ano de 2025 não foram constituídas novas provisões contábeis considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica, e atualizado o valor das já existentes.

Nota 21 – Encargos Setoriais

	2025	2024
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.585	1.179
CDE - Geração Distribuída	194	66
Total Encargos Setoriais	1.779	1.245

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10.438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 22 – Outros Passivos Circulantes

	2025	2024
Consumidor	1.728	1.061
Outros Credores	2.444	685
Total Passivos Circulantes	4.172	1.746

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Nota 23 – Obrigações com Associados

	2025	2024
Capital Social a Restituir	1.172	1.178
Total Passivos Circulantes	1.172	1.178

Refere-se a valores de ex associados, demitidos do quadro social da Cooperativa de Distribuição de Energia por não possuírem ligações de energia a mais de um ano.

Nota 24 – Outros Resultados Abrangentes

Reavaliação Regulatória

Deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR.

A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios. O registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o Saldo Contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida - BRR, em obediência ao pressuposto básico da competência, especificamente relacionado ao processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis, já que o valor da reavaliação aprovada pelo Órgão Regulador representa de fato o valor do ativo imobilizado a ser recuperado.

Abaixo os valores homologados pela Aneel para Ceriluz no ano de 2023:

Base de Remuneração Regulatória

Descrição	Valores na data de referência:
	01/06/2023
(1) VNR MEDIDORES	6.511.836,93
(2) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	132.526.066,68
(3) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	71.128.918,53
(4) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - EQUIPAMENTOS	122.405.578,58
(5) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	384.112,19
(6) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	0,00
(7) VNR SUBESTAÇÕES - EQUIPAMENTOS	86.583.288,74
(8) VNR SUBESTAÇÕES - TERRENOS	3.896.247,99
(9) VNR SUBESTAÇÕES - EDIFICAÇÕES	3.463.331,55
(10) VNR MÓVEIS E IMÓVEIS ADMINISTRATIVOS	13.617.157,18
(11) VNR - TOTAL	440.516.538,37

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	423.003.133,20
(2) Obrigações Especiais Bruta	11.030.720,99
(3) Bens Totalmente Depreciados	5.480.338,39
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	406.492.073,83
(5) Depreciação Acumulada	120.697.703,45
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	302.305.429,75
(7) Obrigações Especiais Líquida	11.030.720,99
(8) Terrenos e Servidões	3.896.247,99
(9) Almojarifado em Operação	1.269.009,40
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	296.439.966,16
(11) Taxa de Depreciação	4,00%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	16.259.682,95
(13) Remuneração de Capital (RC) = $BRR_{líq} \times WACC$	11.175.786,72

Referência para Custos Operacionais (OPEX)	2023
Total de km de rede (linhas e redes de distribuição)	4.844,80

Depreciação Acumulada (DAC) / VNR	28,53%
Saldo 100% Depreciado / VNR	1,30%

Nota 25 – Patrimônio Líquido

25.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6,281 milhões é formado por cotas partes referentes a 13.787 associados em 31 de dezembro de 2025.

25.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

Nota 26 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 5;

Consumidores: apresentadas na nota 6;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 18.

b) Valor Justo

	2025		2024	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.094	3.094	5.715	5.715
Contas a Receber	14.800	14.800	17.100	17.100
Empréstimos e Financiamentos	57.258	57.258	43.169	43.169
Total	75.152	75.152	65.984	65.984

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3.094	-	3.094
Contas a Receber	-	14.800	-	14.800
Total	-	17.894	-	17.894
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	57.258	-	57.258
Total	-	57.258	-	57.258

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 27 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2025	2024
Fornecimento de energia elétrica	30.041	29.952
Suprimento de energia elétrica	11.066	8.732
Disponibilização do sistema de distribuição	56.700	52.511
Ativos e Passivos Regulatórios	2	(1.812)
Serviços cobráveis	6	5
Doações, contrib. e subvenções	46.669	43.252
Total Receita / Ingresso	144.484	132.640

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização do ingresso/receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de ingressos/receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 28 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2025	2024
ICMS	9.125	8.860
PIS-PASEP	390	288
COFINS	1.802	1.331
Total Tributos	11.317	10.479

Nota 29 – Encargos da Parcela "A"

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.604	15.181
Taxa de Fiscalização - TFSEE	242	216
Outros encargos	819	-
Total Encargos - Parcela "A"	18.665	15.397

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 30 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2025	2024
Energia Elétrica Comprada para Revenda	29.576	29.639
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	24.307	24.897
TOTAL	53.883	54.536

Nota 31 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2025	2024
Pessoal e administradores	19.876	18.116
Material	3.225	4.663
Serviços de terceiros	6.626	7.061
Arrendamentos e aluguéis	340	288
Seguros	325	69
Provisões	(138)	(24)
(-) Recuperação de despesas	(461)	(538)
Tributos	961	765
Depreciação e amortização	17.242	16.664
Gastos diversos	5.883	5.294
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	53.879	52.358

Nota 32 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2025	2024
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	1.215	310
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	496	153
Microgeração 36 Meses	4	1
Outras Receitas	145	-
Total Outras Receitas Operacionais	1.918	464

Nota 33 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

	2025	2024
Perdas na Desativação de Bens Reversíveis	3.931	4.855
Perdas na Desativação de Bens Não Reversíveis	4	143
Perdas na Alienação de Bens Reversíveis	71	109
Total Outras despesas Operacionais	4.006	5.107

Nota 34 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 35– Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 36 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 37 – Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVE Ativa	1.117	1.581	(2.065)	633	72	561	633	-
Aquisição de Energia - (CVEenerg)	618	1.083	(1.140)	561	-	561	561	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
CVE ESS	499	498	(925)	72	72	-	72	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.641	5.595	(5.686)	2.550	625	1.925	2.550	-
Neutralidade da Parcela A	607	2.359	(1.582)	1.384	-	1.384	1.384	-
Sobrecontratação de Energia	369	-	(369)	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias	31	505	(536)	-	-	-	-	-
Outros	1.634	2.731	(3.199)	1.166	625	541	1.166	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.758	7.176	(7.751)	3.183	697	2.486	3.183	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação DIC FIC	42	3	(44)	1	1	-	1	-
CVE Energia	-	78	(39)	39	39	-	39	-
CVE ESS	-	9	-	9	-	9	9	-
Neutralidade Crédito Pis/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade conta de Escassez Hidrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Quitação CDE Covid e CDE Escacez Hidrica	452	3.309	(2.808)	953	953	-	953	-
Neutralidade da Parcela A	312	2.934	(2.587)	659	659	-	659	-
Sobrecontratação de Energia	1.113	3.982	(3.218)	1.877	700	1.177	1.877	-
CDE Modicidade Eletrobrás	337	-	(337)	-	-	-	-	-
Financeiro CDE Modicidade Eletrobrás	26	10	(31)	5	5	-	5	-
Spread Conta Covid	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão do Risco Hidrológico	2.042	3.307	(3.943)	1.406	475	931	1.406	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	4.324	13.632	(13.007)	4.949	2.832	2.117	4.949	-

Nota 38 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço	15.468	3.146	-	-	18.614	3.146	(3.609)	15.005	12.476
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	14.943	3.146	-	-	18.089	3.146	(3.427)	14.662	12.119
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	375	-	-	-	375	-	(32)	343	357
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(150)	-	-
Em curso	2.644	11.868	(11.599)	-	2.913	269	-	2.913	2.644
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	958	7.302	(7.232)	-	1.028	70	-	1.028	958
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	1.114	2.754	(2.769)	-	1.099	(15)	-	1.099	1.114
Valores Não Aplicados	572	1.812	(1.598)	-	786	214	-	786	572
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18.112	15.014	(11.599)	-	21.527	3.415	(3.609)	17.918	15.120

Nota 39 - Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal	17.954	16.016
Remuneração	10.094	9.088
Encargos	2.314	3.034
Previdência privada	-	-
Assistência médica	1.404	800
Programa de demissão voluntária	137	114
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.992	1.470
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	1.013	1.510
Administradores	1.922	2.100
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	568	519
Benefícios dos administradores	1.354	1.581
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	19.876	18.116

Nota 40 – Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

A cooperativa possui apenas atividades de Distribuição e Administração. Mensalmente é feito o rateio da atividade de Administração, para a Distribuição. Dessa maneira não há necessidade de apresentar as Demonstrações do Resultado do Exercício segregadas por atividade.

Nota 41 – Resultado Financeiro

Ingressos/Receitas Financeiras	2025	2024
Multas e Acréscimos Moratórios	501	443
Variações Monetárias	463	541
Ingressos/Receitas de Aplicações Financeiras	797	333
Outros Ingressos/Receitas Financeiras	355	546
Total	2.116	1.863

Dispêndios/Despesas Financeiras	2025	2024
Passivo Financeiro Setorial	1.283	311
Juros e Variações Monetárias	10.005	4.976
Multas e Acréscimos moratórios	274	28
Outros Dispêndios/Despesas Financeiras	361	237
Total	11.923	5.552

Nota 42 - Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatória e Societária

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

42.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2025 valores apresentados em mil R\$.

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		34.403	-	34.403	49.844	-	49.844
Caixa e equivalentes de caixa		4.385	-	4.385	5.715	-	5.715
Consumidores		10.909	-	10.909	11.900	-	11.900
Concessionárias e permissionárias		3.891	-	3.891	5.200	-	5.200
Serviços em curso		2.012	-	2.012	535	-	535
Tributos compensáveis		2.101	-	2.101	1.463	-	1.463
Almoxarifado operacional		1.264	-	1.264	1.595	-	1.595
Investimentos temporários		29	-	29	198	-	198
Ativos regulatórios		3.183	-	3.183	3.758	-	3.758
Outros ativos circulantes		6.629	-	6.629	19.480	-	19.480
Ativo não circulante		377.523	197.830	179.693	348.894	211.605	137.289
Tributos compensáveis		2.556	-	2.556	1.911	-	1.911
Depósitos judiciais e cauções		49	-	49	3.612	-	3.612
Outros ativos não circulantes	44.2.1	26.501	(33.610)	60.111	408	(26.567)	26.975
Bens e atividades não vinculadas a permissão		448	-	448	279	-	279
Imobilizado	44.2.2	347.475	341.413	6.062	342.045	337.179	4.866
Intangível	44.2.3	494	(109.973)	110.467	639	(99.007)	99.646
Total do ativo		411.926	197.830	214.096	398.738	211.605	187.133
Passivo							
Passivo circulante		50.193	-	50.193	54.053	-	54.053
Fornecedores		5.570	-	5.570	7.626	-	7.626
Empréstimos, financiamentos e debêntures		26.887	-	26.887	33.481	-	33.481
Obrigações sociais e trabalhistas		5.194	-	5.194	3.889	-	3.889
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher		470	-	470	564	-	564
Encargos setoriais		1.779	-	1.779	1.245	-	1.245
Passivos regulatórios		4.949	-	4.949	4.324	-	4.324
Obrigações com Associados		1.172	-	1.172	1.178	-	1.178
Outros passivos circulantes		4.172	-	4.172	1.746	-	1.746
Passivo não circulante		49.156	-	49.156	26.486	-	26.486
Empréstimos, financiamentos e debêntures		30.419	-	30.419	10866	-	10866
Provisão para litígios		350	-	350	500	-	500
Outros passivos não circulantes		469	-	469	-	-	-
Obrigações vinculadas à permissão		17.918	-	17.918	15.120	-	15.120
Total do passivo		99.349	-	99.349	80.539	-	80.539
Patrimônio Líquido							
Capital social		6.281	-	6.281	6.277	-	6.277
Reservas de capital		568	-	568	568	-	568
Outros resultados abrangentes	44.2.4	199.875	197.830	2.045	214.114	211.605	2.509
Reserva de sobras		104.145	-	104.145	95.596	-	95.596
Sobras à disposição da Assembleia		1.708	-	1.708	1.644	-	1.644
Total do patrimônio líquido		312.577	197.830	114.747	318.199	211.605	106.594
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		411.926	197.830	214.096	398.738	211.605	187.133

42.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

42.2.1. Outros Ativos Não Circulantes

Os Ajustes nos Outros Ativos Não Circulantes referem-se aos Ativos financeiros da Permissão lançados na conta Indenização pela Concessão a Receber e são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

Os ativos financeiros da permissão estão registrados conforme tabela abaixo:

	2025	2024
Em Serviço		
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Edificação - Subestação CERILUZ 03	158	157
Máquinas - Redes de Distribuição	27.765	20.730
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	514	512
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	1.292	1.292
Máquinas - Subestação CERILUZ 03	3.333	3.331
Máquinas - Linha de Distribuição 69 KV	479	479
Máquinas - Equipamento da Distribuição	2	-
Máquinas - Linha de Distribuição 69 KV	1	-
Total Indenização pela Concessão a Receber	33.610	26.567

42.2.2. Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2010, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Em 2019 após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada e reavaliamos os bens de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018.

42.2.3. Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

42.2.4. Reservas de Reavaliação

A diferença decorre da contrapartida da Reavaliação dos bens regulatórios registrados no imobilizado e intangível.

42.3 – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2025, valores apresentados em mil R\$.

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		144.484	-	144.484	132.640	-	132.640
Fornecimento de energia elétrica		30.041	-	30.041	29.952	-	29.952
Suprimento de energia elétrica		11.066	-	11.066	8.732	-	8.732
Disponibilização do sistema de distribuição		56.700	-	56.700	52.511	-	52.511
Ativos e Passivos Regulatórios		2	-	2	(1.812)	-	(1.812)
Serviços cobráveis		6	-	6	5	-	5
Doações, contrib. e subvenções		46.669	-	46.669	43.252	-	43.252
Tributos		(11.317)	-	(11.317)	(10.479)	-	(10.479)
ICMS		(9.125)	-	(9.125)	(8.860)	-	(8.860)
PIS-PASEP		(390)	-	(390)	(288)	-	(288)
COFINS		(1.802)	-	(1.802)	(1.331)	-	(1.331)
Encargos - Parcela "A"		(18.665)	-	(18.665)	(15.397)	-	(15.397)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(17.604)	-	(17.604)	(15.181)	-	(15.181)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(242)	-	(242)	(216)	-	(216)
Outros encargos		(819)	-	(819)	0	-	0
Receita líquida / Ingresso líquido		114.502	-	114.502	106.764	-	106.764
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(53.883)	-	(53.883)	(54.536)	-	(54.536)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.576)	-	(29.576)	(29.639)	-	(29.639)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(24.307)	-	(24.307)	(24.897)	-	(24.897)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		60.619	-	60.619	52.228	-	52.228
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(53.879)	16.848	(70.727)	(52.358)	20.747	(73.105)
Pessoal e administradores		(19.876)	-	(19.876)	(18.116)	-	(18.116)
Material		(3.225)	-	(3.225)	(4.663)	-	(4.663)
Serviços de terceiros		(6.626)	-	(6.626)	(7.061)	-	(7.061)
Arrendamentos e aluguéis		(340)	-	(340)	(288)	-	(288)
Seguros		(325)	-	(325)	(69)	-	(69)
Provisões		138	-	138	24	-	24
(-) Recuperação de despesas		461	-	461	538	-	538
Tributos		(961)	-	(961)	(765)	-	(765)
Depreciação e amortização	44.4.1	(17.242)	(11.462)	(5.780)	(16.664)	(11.856)	(4.808)
Gastos diversos	44.4.2	(5.883)	28.310	(34.193)	(5.294)	32.603	(37.897)
Outras receitas operacionais	44.4.3	1.837	(28.310)	30.147	464	(32.602)	33.066
Outras despesas operacionais	44.4.4	(4.006)	(2.314)	(1.692)	(5.107)	(3.802)	(1.305)
Resultado da Atividade		4.571	(13.776)	18.347	(4.773)	(15.657)	10.884
Resultado Financeiro		(9.807)	-	(9.807)	(3.689)	-	(3.689)
Despesas financeiras		(11.923)	-	(11.923)	(5.552)	-	(5.552)
Receitas financeiras		2.116	-	2.116	1.863	-	1.863
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		(5.236)	(13.776)	8.540	(8.462)	(15.657)	7.195
Contribuição social		(110)	-	(110)	(44)	-	(44)
Imposto de renda		(281)	-	(281)	(98)	-	(98)
Resultado líquido do exercício		(5.627)	(13.776)	8.149	(8.604)	(15.657)	7.053

42.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

42.4.1 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2025	2024
Amortização reavaliação regulatória software	59	59
Amortização reavaliação regulatória software	15	30
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	8439	8719
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	32	32
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	26	26
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	482	504
Depreciação reavaliação regulatória veículos	255	314
Depreciação reavaliação regulatória edificação	34	34
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	615	618
Depreciação reavaliação regulatória edificação	62	62
Depreciação reavaliação regulatória veículos	15	25
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	(25)	(25)
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	1330	1330
Depreciação Reavaliação Regulatória Hardware	15	20
Depreciação Reavaliação Regulatória Moveis e Utencilios	31	31
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	77	77
Total	11.462	11.856

42.4.2 – Gastos Diversos

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2025	2024
Custo de Construção	28.310	32.603
Total	28.310	32.603

42.4.3 – Outras Receitas Operacionais

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2025	2024
Receita de Construção	28.310	32.603
Total	28.310	32.603

42.4.4 – Outras despesas Operacionais

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde ao valor da baixa da reavaliação regulatória (VNR), que não se aplica a contabilidade societária.

	2025	2024
Baixa de Reavaliação regulatória	2.314	3.802
Total	2.314	3.802

Nota 43 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO 2025	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	(5.627)	(13.776)	8.149
Demais Resultados	14.995	13.776	1.219
Realização da Reserva de Reavaliação	464	-	464
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória - VNR	13.776	13.776	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	755	-	755
		-	
Resultado Líquido do Período	9.368	-	9.368
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	827	-	827
Fates/Rates (Art. 87 da Lei 5764/71)	827	-	827
Destinações de Caráter Legal	6.833	-	6.833
Reserva Legal 45% - Artigo 48 Estatuto Social	3.844	-	3.844
Fates/Rates - 5% - Artigo 48 Estatuto Social	427	-	427
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 48 Estatuto Social	2.562	-	2.562
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.708	-	1.708

Nota 44 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 020.283.650-99



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA CERILUZ DISTRIBUIÇÃO Ijuí – RS

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **CERILUZ DISTRIBUIÇÃO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da **CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas no MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção que as demonstrações contábeis regulatórias, foram elaboradas para auxiliar a **CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** a cumprir uma determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

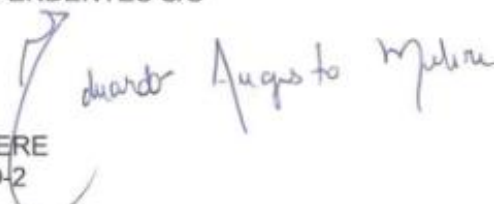
Outros assuntos

A **CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 22 de janeiro de 2026.

Chapecó, SC, 17 de abril de 2026.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2



8. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa n° 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Ijuí – RS, 17 de abril de 2026.



GUILHERME SCHMIDT DE PAULI

PRESIDENTE

CPF 020.283.650-99



RUBIO FABRICIO MICHAEL

CONTADOR/CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87